



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do Governo do Estado de Pernambuco ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo 03003/2015).

O **Governo do Estado de Pernambuco**, com sede na Praça da República, S/N, Bairro Santo Antônio, Recife-PE, CEP 50010-928, CNPJ 10.571.982/0001-25, neste ato representado por seu Governador, **Paulo Henrique Saraiva Câmara**, RG 3.886.748 SSP/PE e CPF 783.927.054-91, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do “Projeto Audiência de Custódia”, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Recife, 14 de agosto de 2015.

Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

José Eduardo Martins Cardozo
Ministro da Justiça

Hugo Leonardo
Diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador do Estado de Pernambuco